

DEPOSITO LEGAL  
- 0. JUN. 1976

# Poder Popular



Director: Eduardo Ferro Rodrigues      **Orgão do Movimento de Esquerda Socialista**

ANO I N.º 41 12/18 de Maio de 1976 Preço 4\$00

## Os trabalhadores exigem um candidato de unidade popular!



Nós viemos pedir ao general Otelo que aceite candidatar-se à Presidência da República.

Fizemos esta diligência junto do general Otelo porque consideramos que Otelo será o candidato que melhor pode defender os interesses do povo.

Julgamos que a classe operária e o povo devem ter um papel activo nestas eleições e estamos dispostos a colaborar no processo que leve a tornar um facto a candidatura de Otelo.

Declarações da delegação de trabalhadores que foi falar com Otelo no passado dia 7.

**Como se fabrica um Presidente**

**Quem quer pôr os retornados contra a população?**

**Sines — questão da habitação leva à luta**

# TÉCNICOS DE DESENHO

## Manobras partidárias paralizam o sindicato

A situação que o Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho atravessa é expressão de alguns dos problemas que hoje se colocam ao movimento sindical português.

A importância do Sindicato dos Técnicos de Desenho é conhecida: sindicato charneira na divisão entre sindicatos operários e sindicatos de serviços, sindicato cuja acção se liga directamente a um vasto leque de sectores produtivos que vão da construção civil à metalurgia e metalomecânica, o sindicato dos Técnicos de Desenho tem um papel relevante na contratação colectiva pertencendo às comissões negociadoras dos principais contratos colectivos verticais.

Não espanta, portanto, que nele se assista com particular relevo às lutas partidárias, às lutas entre reformistas e sociais-democratas pelo controle e partilha do movimento sindical.

Depois de um largo período, que remota até antes do 25 de Abril, em que a linha sindical reformista afecta ao PCP foi

dominante, o sindicato dos Técnicos de Desenho passou a ter a partir de Setembro de 1975 Corpos Gerentes afectos a uma linha sindical pouco definida, onde os objectivos sociais-democratas do PS imperavam numa aliança que se alargava para além do costumeiro MRPP.

Sem tradição de luta, sem experiência sindical e acima de tudo sem capacidade de militância e dedicação na acção sindical quotidiana, esta direcção, como as outras da mesma laia, veio mostrar pela sua prática ser não só incapaz de defender os interesses dos trabalhadores que representava, como até de os contrariar, como no caso da tomada de posição reaccionária sobre a greve da construção civil e o 25 de Novembro. Tomada de posição que avulta numa prática anti-democrática de decisões tomadas nas costas dos trabalhadores.

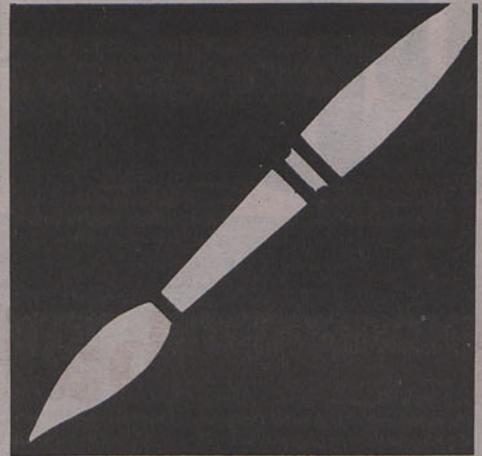
As assembleias de 28 em Lisboa e 29 no Porto vieram mostrar a vontade dos Técnicos de Desenho em terem uma direcção sindical que seja

a executora das suas decisões democráticas, que dinamize um processo de acção sindical que transforme o seu sindicato num poderoso instrumento de luta. A decisão de destituir os Corpos Gerentes em exercício mostra essa vontade, a vontade de construção de um sindicato novo e não do regresso ao passado. Vontade que a acção da Comissão Directiva eleita, onde impera a linha reformista, não conseguiu concretizar; daí que os inúmeros contactos com os Corpos Gerentes destituídos apenas tenham levado à paralização da vida sindical.

Muitos Técnicos de Desenho lutam hoje por um sindicato verdadeiramente democrático e apertado e por um sindicato que defenda consequentemente os seus interesses, objectivos que as linhas sindicais afectas ao reformismo do PCP ou à social-democracia do PS já mostraram não poder defender.

Este processo, que a própria Assembleia Ge-

ral e o processo eleitoral que se seguirá continuarão, tem servido para mostrar que no Movimento Sindical, Direcção, que desconvocam assembleias e recusam reconhecer a vontade dos trabalhadores e Direcções que mais não são do que correias de transmissão ao serviço de uma linha política de conciliação de classes, tem oposição. Oposição que se fortalecerá sempre que as eleições sindicais sejam processos de esclarecimento e discussão e não de manipulação e ilusão. Esta é a luta actual de muitos Técnicos de Desenho. Luta tanto mais importante quanto as ameaças à unidade sindical não páram de crescer e a organização de um Congresso Sindical dos Trabalhadores Portugueses que transforme a Intersindical numa Central Sindical Única Democrática e de Classe, derrotando o cupulismo, a conciliação e o direito de tendência, surge como uma tarefa das mais decisivas que se colocam aos revolucionários no campo sindical.



## SEDES

Sede Nacional — Av. D. Carlos I, 128-Lisboa

Poder Popular — Av. D. Carlos I, 132-Lisboa

Aveiro — Av. Araújo e Silva, 22

Ovar — R. Alexandre Sá Pinto, 64

Águeda — R. dr. Adolfo Portela, 22

Oliveira de Azemeis — R. Luis de Camões, 21

S. João da Madeira — R. Vasco da Gama, 262

Estarreja — R. Souto Alves, 24

Albergaria-A-Velha — R. de Santo António, 34, 1.º

Beja — R. dos Infantes, 14

Serpa — R. do Calvário, 29

Cuba — R. Serpa Pinto, 15

Grândola —

Guimarães — R. da Rainha, 135-2.º

Barcelos — Av. da Liberdade, 60-1.º

Castelo Branco — R. de Santa Maria, 10

Coimbra — R. Ferreira Borges, 125-3.º

Figueira da Foz — R. da República, 102-1.º

Évora — R. Cândido dos Reis, 70

Estremoz — Largo da República, 42

Faro — R. Reitor Teixeira Guedes, 45

Tavira — H. da Liberdade, 62

Peniche — R. Alexandre Herculano, 16

Marinha Grande — R. Machado dos Santos, 36

Lisboa

Sede Central — Av. D. Carlos I, 130

Comité de Campo de Ourique — R. Silva Carvalho, 255-1.º

Comité de Moscavide — R. dos Combatentes da Grande Guerra 518

Comité de Arroios — R. de Arroios, 88-1.º

Comité de Cascais — R. Araújo Viana, 6

Comité de Benfica — Estrada de Benfica, 320

Comité de Benfica — Estrada de Benfica, 320

Comité de Sacavém — Av. James Gilman, 12

Comité da Amadora — Largo Dario Gandra Nunes, 4-2.º D

Portalegre — R. 5 de Outubro, 79

Porto — R. Alexandre Herculano, 381

Vila Nova de Gaia — R. Teixeira Lopes, 123

Santarém — R. Pedro de Santarém, 36

Setúbal — R. José Adelino, 13-1.º (ao Largo da Fonte Nova)

Sesimbra — R. Ramada Curto 6

Lavradio — R. D. António Chailion, 23-r/c

Viana do Castelo — Praça da República, 52

Vila de Punhe

S. Pedro do Sul — Largo de S. Sebastião

## INE em luta

## Subsídio do almoço cá para fora já!

Na terça-feira de tarde os trabalhadores do Instituto Nacional de Estatística abandonaram o trabalho e dirigiram-se em manifestação à Av. D. Carlos I onde se situam as instalações da Secretaria de Estado do Planeamento.

As razões desta mobilização, explicam-nas em comunicado que passamos a transcrever:

«Os trabalhadores do INE e da Secretaria de Estado do Planeamento, vieram hoje para a rua manifestar a sua firme vontade de obter o subsídio de almoço pelo

qual há tanto tempo lutam.

(Desde há longo tempo que vimos exigindo esta reivindicação. Em vão! As entidades responsáveis — ministros, secretário ou subsecretários de Estado — têm vindo a arrastar o problema, desculpando-se ora com as reestruturações governamentais, que nos têm colocado dependentes de um ou de outro ministério, ora com os infundáveis «estudos» orçamentais que nunca mais acabam. Há quase dois anos que esta situação se mantém...

«No mês passado, o subsecretário de Estado do Planeamento, mercê da luta dos trabalhadores do INE pelo seu caderno reivindicativo, comprometeu-se a dar uma resposta e uma resolução rápida a este problema. Contudo, de evasiva em evasiva, tem, de facto, ignorado o nosso direito ao subsídio de almoço, quando a maior parte dos nossos colegas do Ministério das Finanças têm desde há bastante tempo direito à utilização das cantinas dos SOFE.

«Para tal hoje aqui estamos, conscientes de

que só a nossa firme capacidade de luta pode obrigar o subsecretário de Estado do Planeamento e o ministro das Finanças a darem-nos o subsídio de almoço a que temos direito; conscientes, enfim, que o subsídio de almoço será um passo em frente no nosso combate contra a vida cara e por melhores condições de vida».

— SUBSÍDIOS DE ALMOÇO CÁ PARA FORA, JÁ!

— VIVA A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES DO INE!

ASSINATURA

# Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

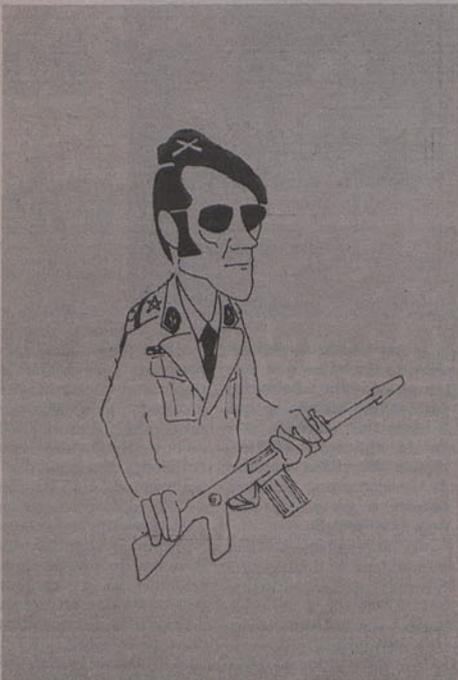
JORNAL SEMANAL — todas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I, 132, Lisboa telefone 66 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

# Se Otelo se candidatar apoiá-lo-emos sem hesitações



## NUM MOMENTO EM QUE A DIREITA AVANÇA, O PCP ATACA A ESQUERDA!

O PCP parece mais preocupado com a sabotagem de uma alternativa revolucionária personificada num candidato consequentemente antifascista do que com o combate à manobra da direita. Os seus órgãos de Informação principais («Diário», «Diário de Lisboa») tudo têm feito para torpedear a candidatura do Otelo, enquanto os seus dirigentes mais destacados vão denunciando com todo o vigor uma possível candidatura «esquerdista», procurando assim conciliar o oportunismo e a ambiguidade da sua política com a protecção do seu aparelho partidário cuja disciplina corre riscos com a alternativa revolucionária. O comunicado final da reunião do Comité Central do P. C. realizada no último fim-de-semana é uma demonstração mista de oportunismo, impotência, ambiguidade e confusão. Avançando com a hipótese de vir a propor o seu próprio candidato, o PCP adianta que tal não seria «para contestar tal ou tal candidato militar» (!) (leia-se Ramalho Eanes), mas adianta com ferocidade que «o PCP adverte dos perigos de qualquer candidatura militar proposta por sectores e grupos esquerdistas» (leia-se Otelo). Ou seja, o PCP num momento em que a direita avança, ataca a esquerda! O jogo é claro: enfrentando dificuldades internas derivadas da recusa de muitos dos seus militantes em apoiar o candidato da burguesia, o PCP, contradizendo afirmações anteriores onde manifestara a ideia de apenas apoiar uma candidatura que ganhasse as eleições, prepara-se para largar uma candidatura fantoche (possivelmente para desistir à boca das urnas...) tentando assim evitar o apoio da sua base à alternativa revolucionária. Para procurar isolar os revolucionários, o PCP vai já apelidando de «esquerdista» a vontade que as massas populares e as suas organizações unitárias de base têm demonstrado em que seja apresentada uma candidatura que exprima a defesa dos seus interesses, que represente o 25 de Abril dos trabalhadores, que se oponha à recuperação capitalista.

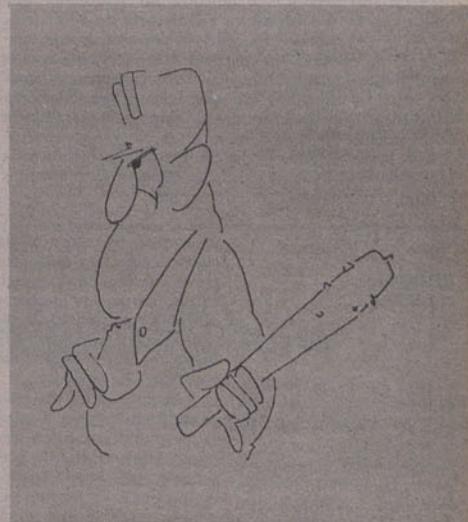
## A DEFESA DOS INTERESSES DO POVO NÃO É ESQUERDISMO!

O MES já afirmou claramente que não apoiará qualquer candidatura esquerdista. Assim não apoiaremos nenhum candidato que confunda os objectivos estratégicos da Revolução com a actual fase em que a resistência está na ordem do dia, não apoiaremos nenhum candidato que confunda o inimigo principal com o secundário, não apoiaremos nenhum candidato que seja a expressão do radicalismo pequeno-burguês. O MES apoiará uma candidatura que exprima os interesses e anseios das massas populares, que defenda consequentemente a Constituição fazendo dela uma leitura progressista (a única que está de acordo com os seus objectivos socialistas).

O MES apoiará uma candidatura capaz de unir

e organizar as massas na luta pela aliança dos explorados da cidade e do campo, contra as forças e interesses que procuram dividir Portugal ao meio. O MES apoiará uma candidatura que coloque na ordem do dia a luta pela Independência Nacional, contra o imperialismo, inimigo principal de todos os povos do Mundo. O MES apoiará um candidato que defenda os órgãos populares de base, o Poder Popular e que não vacile no ataque às manobras de profissionalização das Forças Armadas.

Assim, não apoiando qualquer candidatura esquerdista, e lutando pela unidade revolucionária em torno de um candidato querido pelas massas populares, tudo faremos para contribuir para opôr uma alternativa a Ramalho Eanes. Otelo é um símbolo do 25 de Abril e da luta contra o fascismo, pelo Poder Popular. Se a candidatura de Otelo se confirmar como se espera, apoiá-la-emos sem hesitações, pois não se tratará de uma candidatura esquerdista, ao contrário do que pregam os reformistas, mas sim de um poderoso contributo para o reforço da unidade e organização popular, da resposta ao capital e ao seu candidato. Será o 25 de Abril contra o 25 de Novembro, o movimento popular contra a ofensiva burguesa, as forças do progresso e do futuro contra a reacção e o passado!



## I CONFERÊNCIA CONCELHIA DO MES EM GUIMARÃES

Nos próximos dias 15 e 16 realiza-se a I Conferência Concelhia de Guimarães que reunirá camaradas irmanados no desejo comum de, esclarecendo-se sobre os principais problemas que se põem hoje em dia ao povo trabalhador daquele distrito, encontrarem a força suficiente para avançar para um trabalho concreto.

Os trabalhos funcionarão por 4 secções. As inscrições fazem-se para a sede do núcleo do MES em Guimarães: Rua da Rainha, 138, 2.º, 3.º — telf. 43645

Ramalho Eanes, o general do 25 de Novembro é o candidato de que a burguesia necessitava na corrida para Belém. Não sendo identificável directamente com este ou aquele partido burguês, ele é, no entanto, o homem mais capaz de os servir a todos, de contribuir para a sua unidade. Ramalho Eanes é o candidato de que o capitalismo e o imperialismo precisavam para esvaziarem de sentido progressista os resultados das eleições para a Assembleia da República. A promoção e lançamento da sua candidatura, com as baterias da Imprensa burguesa usando todo o seu poder de fogo para endeusarem a sua personalidade, encontrou pela frente um terreno fácil, onde a inconsistência da resposta revisionista mostrou à evidência que a «maioria de esquerda» não passa de uma gigantesca falsificação política.

Hoje como ontem, a natureza idealista da social democracia «de esquerda» veio novamente à superfície. Publicistas como Artur Portela Filho ou César Oliveira desenvolvem inconcebíveis «análises» tentando provar que Eanes é uma derrota para a direita... Não há piores cegos que os que não querem ver!

Assim, está em curso um processo que visa o isolamento do proletariado e de todos os explorados, que procura colocar os trabalhadores sob a pata da burguesia, dos seus políticos e dos seus militares. A imagem da amplitude da unidade burguesa à volta de Eanes é bem expressa na convergência de opiniões que vai desde o jornal fascista «Rua» até à revista social-democrata de esquerda «Opção». É o mesmo leque de posições que já se manifestou no período da ofensiva popular, unidas, então como agora, contra o Poder Popular e a Revolução. Hoje, num momento de reorganização das forças fascistas e fascizantes, mais uma vez, os sociais-democratas caem nos braços da direita, e os revisionistas põem a nú a sua impotência.

# MIDERÂMICA

## manobras dos patrões

## apoiadas pelo Ministério do Trabalho

## derrotadas por uma

## firme resposta operária

Os trabalhadores da **Miderâmica**, empresa do sector de cerâmica artística e decorativa situada nos arredores de Coimbra, estiveram em luta pelo cumprimento da portaria de regulamentação de trabalho que estipula o alargamento de âmbito a todas as empresas de cerâmica (barro branco) do CCT da indústria de cerâmica.

Esta luta terminou, por agora, com um desfecho favorável aos trabalhadores, pois que a administração acabou por ceder às reivindicações que eram justamente feitas e que foram defendidas pelos trabalhadores e a sua CT ao longo de um processo que durava há já bastante tempo. A sua tenacidade foi o factor mais decisivo para superar e levar de vencida toda a série de manobras e boicotes do patronato, que chegou a ter a certa altura a cobertura do Ministério do Trabalho quando este cedeu às pressões da administração no sentido da portaria não ser aplicável à **Miderâmica** quando antes, por 2 vezes, havia confirmado aos trabalhadores em plenário (assim como ao sindicato) que a empresa era abrangida por aquele alargamento.

«Poder Popular» conversou com um membro da Comissão de Trabalhadores da **Miderâmica** que nos narrou o desenvolvimento da sua luta.

### PORQUÊ A LUTA?

«Em Junho de 1975 foi assinado o Contrato Colectivo de Trabalho da Indústria de Cerâmica, que a princípio não abrangia o sector da cerâmica artística e decorativa porque os empresários deste sector, por uma razão tática saltaram fora das negociações.

Em 22-9-75 saiu o alargamento de âmbito deste CCT que abrangia todas as empresas que se dedicavam à indústria de cerâmica artística e decorativa.

A administração da **Miderâmica** sempre negou que o alargamento de âmbito, ou seja a PRT, fosse aplicável à **Miderâmica**, apesar de um representante do Ministério do «Trabalho» ter afirmado em dois plenários de trabalhadores da **Miderâmica** que o alargamento de âmbito era aplicado nesta empresa.

Em face da recusa sistemática da administração, a comissão de trabalhadores, a título provisório, e para

fazer face ao aumento do custo devida, faz uma proposta, tipo contrato vertical, no sentido de melhorar um pouco sobretudo os salários mais baixos, tentando assim diminuir o leque salarial dentro da empresa.

A condição posta pela administração para a aceitação desta proposta era que pelo menos 2/3 do pessoal de cada sector (sector de produção e escritórios) a aceitassem. Sabia o patrão, de antemão, que os trabalhadores de escritório iriam dizer não à proposta. Desta forma, ele punha uma condição que à partida sabia não se verificar, o que mostra que tudo isto foi uma manobra premeditada e uma forma muito diplomática de anular a proposta.

### AS MANOBRAS PATRONAIS

Assim, anulada esta proposta da CT, a administração apresenta a sua contraproposta e lança o boato

dizendo que quem não assinasse não recebia mais nada, e que esse dinheiro reverteria em favor da empresa. Com estas pressões, ele conseguiu uma percentagem de assinaturas suficiente (mais de 2/3) para aprovar esta contraproposta. No entanto, esta contraproposta só foi aprovada depois de lhe ter sido modificado o clausulado, alteração que foi proposta pelo Sindicato dos Cerâmicos. Entretanto, a luta pelo alargamento de âmbito continuou:

Em 16 de Janeiro de 76 o Sindicato dos Cerâmicos faz uma exposição sobre o assunto para o Ministério do «Trabalho».

Este, em 9 de Março de 76, responde à consulta do Sindicato nos seguintes termos: «Oficiámos nesta altura à delegação de Coimbra, esclarecendo que de acordo com a base I e II da PRT referida em epigrafe, as disposições desta portaria são aplicáveis a todas as empresas que se dedicam à indústria de cerâmica (barro branco) incluindo os subsectores de cerâmica artística e decorativa».

Mas, apesar de todos os documentos comprovativos emanados do Ministério do «Trabalho» a administração continuava a não cumprir.

Então, os sindicatos apresentam uma proposta, no sentido dos trabalhadores prescindirem dos retroactivos desde a entrada em vigor dos respectivos contratos, obrigando-se a administração a creditar aos trabalhadores a quantia de 1000\$00 mensais a partir de 1-1-76.

Esta proposta não é aceite pela administração que apresenta outra contraproposta em que aos trabalhadores seriam pagas tabelas mais altas a partir de 1-1-77, se a empresa desse 12 por cento de lucro ao fim do ano.

### A RESPOSTA OPERÁRIA

Os trabalhadores não aceitaram esta contraproposta porque não podem estar à espera de sapatos de defunto, pois o preço das coisas de que necessitamos também não ficou à espera que tivéssemos mais dinheiro para subirem de preço. Assim, foi aprovada em plenário de trabalhadores uma proposta que visava sobretudo conseguir a unidade dos trabalhadores, acabando com a divisão, nomeadamente entre pintores e acabadores, que são as categorias onde se reflecte a mais gritante injustiça, fazendo com que as diferenças salariais devidas, seriam juntas num «bolo» que depois seria distribuído equitativamente por todos os trabalhadores com salários inferiores a 7000\$00.

Os retroactivos seriam creditados aos trabalhadores e pagos quando a comissão de controlo a ser eleita entendesse haver disponibilidade para isso.

Esta proposta elaborada no dia 5/4/76 dava o prazo até ao dia 13/4/76 para a administração acatar a lei. Caso não o fizesse, os trabalhadores adoptariam como forma de luta a paralisação progressiva de uma hora, o que se verificou no dia 13, indo até à paralisação total se a administração não cumprisse a portaria. Assim, os trabalhadores da **Miderâmica** entraram em paralisação total, a partir de 21/4/76.»

### TRAZER A LUTA PARA A RUA!

Os trabalhadores, facé às manobras da administração para não pagar os aumentos



e às manobras do Ministério do Trabalho que voltou atrás, para a beira dos patrões, em relação ao que já havia sido afirmado acerca da aplicação à **Miderâmica** da citada portaria de alargamento, decidem durante a greve convocar uma manifestação.

«Esta manifestação teve a finalidade de desmascarar e tornar público as manobras do Ministério do «Trabalho», que cedendo a pressões da administração, vem ao fim de 11 dias de greve dizer que o alargamento de âmbito não se aplica. Afinal quantas caras tem o Ministério dos patrões?»

Queremos ainda mostrar que se a administração não paga é porque não quer, pois, no próprio dizer do director, a **Miderâmica** é uma empresa com vocação para a exportação e é das empresas de cerâmica artística e decorativa mais bem equipadas e planeadas, que, mesmo a nível internacional, ombreia com as melhores».

### OS MUROS DA FÁBRICA NÃO SÃO UMA BAREIRA. SOLIDARIEDADE OPERÁRIA!

Mas a luta da **Miderâmica** não ficou isolada. O combate contra a exploração e a miséria é de todos os trabalhadores. Fez-se, portanto, um apelo para a solidariedade dos trabalhadores de outras empresas.

«Perante as manobras do patronato e da política antioperária que está a ser praticada pelo Ministério do «Trabalho» a solidariedade dos trabalhadores é uma realidade que cada dia se vai tornando mais palpável, devido ao despertar de uma nova consciência de classe.

Assim, quando os trabalhadores de outras empresas, não só da cerâmica, mas ainda de outros ramos da indústria, tiveram conhecimento da nossa luta e das suas justas razões, deram-nos todo o seu apoio, enviando telegramas e as suas comissões de trabalhadores prontificaram-se a irem connosco para onde nós quiséssemos.

Perante esta oferta, os trabalhadores da **Miderâmica** fizeram-se acompanhar por alguns representantes dessas comissões de trabalhadores à delegação do Ministério do «Trabalho» em Coimbra para manifestar o seu repúdio pelas suas condições e exigir deste que volte a tomar a primeira posição, porque os trabalhadores não estão mais dispostos a aturar as suas manobras».

Esta disposição combativa foi avante e os trabalhadores conseguiram finalmente arrancar a patrões e a funcionários ministeriais de duas caras uma firme vitória: a aplicação da portaria. Só que, agora, devem ainda permanecer bem atentos quanto a novas manobras que possam surgir visando impedir na prática a sua concretização.



# SINES EM LUTA

## "só pagaremos os dias em que dormirmos"

A luta contra a exploração desenfreada de que são vítimas por parte da empresa concessionária dos alojamentos e refeições, tem movimentado os trabalhadores da refinaria de Sines.

A luta por melhores e mais acessíveis condições de vida para os operários que trabalham na construção da refinaria de Sines iniciou-se há cerca de dois meses, com a realização de um plenário que decidiu a suspensão do pagamento dos quartos até resolução do problema e a entrega à administração da Vilamina do caderno reivindicativo, composto por 17 propostas. Entretanto foi eleita uma comissão representativa dos trabalhadores de onze empresas para dirigir a luta. Passados dois meses, a resposta continua por dar apesar da concentração realizada por cerca de 1500 operários, que definiu a passada quarta-feira, dia 5, como data limite.

Em virtude desta situação realizou-se na quinta-feira um Plenário onde a determinação dos operários em levar para a frente as suas posições ficou bem demonstrada ao decidirem «recorrer às formas de luta que democraticamente acharem justas não lhes pondo limites e imputando todas as responsabilidades aos que tem prolongado esta situação pensando assim quebrar os trabalhadores». Concretizando: **foi decidido não pagar alojamentos e refeições até que a questão esteja resolvida, sendo simultaneamente aprovada a realização de boicote ao estaleiro, através da não autorização de entrada de materiais, tendo a comissão ficado encarregada de estudar as formas de levar à prática estas decisões.**

**Assim, a paralização de toda a actividade do estaleiro de Sines, poderá ser a resposta operária aos usurários que exploram Vilamina, se as reivindicações dos trabalhadores não forem rapidamente satisfeitas**

### O QUE QUEREM OS TRABALHADORES?

A posição dos trabalhadores é descrita em carta enviada à Administração da Petrogal, e que passamos a citar:

«A maioria dos trabalhadores residentes em Vilamina, não utiliza os serviços aos fins-de-semana desde as sextas-feiras depois do pequeno-almoço até segunda-feira à tarde depois das 18 horas. Estes trabalhadores utilizam portanto esses serviços durante quatro dias completos e tem sido obrigados a pagar os sete dias da semana completa, facto que não se compreende pois durante o fim-de-semana, a Vilamina não depende o que quer que seja com os trabalhadores ou aposentados e além disso não se pode considerar a Vilamina um hotel pois o seu fim é beneficiar trabalhadores.

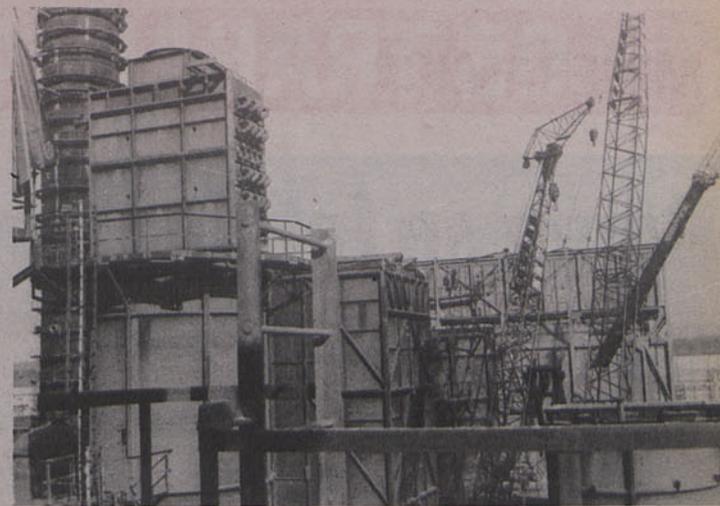
São estas as razões da nossa principal reivindicação: pagar unicamente os dias que dormimos em Vilamina.

Em complemento ao anterior, informamo-lo também quanto à qualidade dos aposentos.

Os pavilhões são construídos em chapa de zinco por fora e por dentro por divisórias em «plaxtex». Dadas as características desses materiais acontece que é frequente a humidade dentro dos quartos e que pelas portas e janelas entra vento. Quanto ao silêncio que podemos gozar para descanso durante a noite

um exemplo poderá ser significativo: se um camarada vai à casa de banho durante a noite precisa fazer barulho que se houve em meio pavilhão, tal é o isolamento acústico.

Por estas razões não consideramos que a qualidade de habitação justifique o preço de 120\$00 diários por quarto duplo, isto (2 pessoas), é 3600\$00 por mes! São raros os trabalhadores que podem pagar isso por renda de uma casa que terá decente, quanto mais aqui, deslocados de casa, num acampamento. Consideramos sim, que 40\$00 por pessoa nos quartos duplos é um preço mais suportável e fazemos disso a



Os operários poderão paralisar toda a refinaria se as suas justas reivindicações não forem rapidamente atendidas...

nossa segunda reivindicação quanto ao alojamento.

A qualidade da comida também não nos pode satisfazer. Ela é frequentemente de má qualidade e limpeza duvidosa além de que por vezes não tem a abundância necessária. Através de informações prestadas pelo cozinheiro do almoço sabemos que a comida é adquirida à última da hora o que impossibilita o controle de qualidade, limpeza e sua confecção em condições.

Não podemos também estar de acordo com o preço de 35\$00 (para o trabalhador, pois a Vilamina recebe mais 65\$00) quando as empresas por-

tuguesas servem boas refeições a preços inferiores a 20\$00 e há aqui operários a ganhar 4000\$00.

Nós que trabalhamos duramente temos necessidade e direito a boa alimentação e habitação e não estamos dispostos a admitir esta desenfreada exploração».

### SEGURANÇA

Também as condições de segurança no trabalho preocupam os operários da Petrogal.

Até aqui a segurança competia a dois quadros, havendo ainda um estrangeiro que, segundo

afirmam os operários, se limitava a mandar usar óculos e capacete.

Os trabalhadores entregaram ao director do departamento de segurança uma proposta aprovada em plenário, onde enunciavam as medidas consideradas mínimas para garantir a segurança no trabalho. Preve-se a necessidade de doze homens para assegurar este serviço.

Finalmente, o mesmo Plenário apontou a necessidade de dar a mais ampla divulgação à luta dos operários de Sines, para que todos os trabalhadores estejam informados e possam dar o seu apoio e solidariedade a esta luta justa.

## AVEIRO

### Operários da Casal exigem Plenário

#### CAMARADAS

Estamos a assistir à mais escandalosa e vergonhosa escalada reaccionária.

A nossa comissão de trabalhadores acusa-nos de não lhe darmos apoio. Terá ela feito alguma coisa que mereça a nossa confiança e apoio?...

— Não camaradas, ela apenas tem servido de elo de ligação entre nós e a administração, para servir essa mesma. Nós trabalhadores fazemos abaixo-assinados e pedimos esclarecimentos, mas que?... tudo fica na mesma, não será isto verdade?

Deu-nos conhecimento a comissão de trabalhadores ou alertou-nos sobre o novo aumento para os agentes de chefia que nada fazem e à nossa sombra já ganham ordenados fabulosos?

— Não. Pois a comissão de trabalhadores é composta por eles e por supervisores que só defendem os seus interesses e não daqueles que trabalham e tudo produzem.

Unamo-nos, para fazer pressão, para a realização de um plenário breve. Não deixemos que eles façam mais pouco de nós trabalhadores.

**Mas quando será esse plenário?** Talvez até nunca, porque esses fantoches (segundo eles se cognominam) tem vergonha de nos encarar, porque eles sabem que são incapazes de nos darem qualquer explicação.

Unamo-nos todos, camaradas, relembremos

aquilo que está a ficar esquecido e ao qual o director se esquivava, que são os **retroactivos**. Temos direito de exigir aquilo que é a recompensa do nosso trabalho duro.

Já se teria pronunciado a comissão de trabalhadores sobre os nossos **retroactivos**?

— Não! Porque os chefes nada tem a receber, para isso são pagos a fim de nos reprimir. Unidos temos que demonstrar a esses falsos responsáveis que já não vamos em cantigas, pois está visto que todos sopram na mesma gaita.

Vamos começar a desencadear a nossa luta nos nossos locais de trabalho, enquanto não houver uma resposta concreta, solucionando aquilo que mais nos afecta que são os **retroactivos** desde Junho de 1975.

Camaradas exijamos a realização imediata desse plenário e apelemos para que seja breve. Para que todos unidos discutamos os nossos problemas cara a cara e um **NÃO** à presença do director para que a comissão de trabalhadores não lhe de voz activa de nos manobrar como de costume.

**VIVA A CLASSE OPERÁRIA! VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!**

**Trabalhadores revolucionários da Metalurgia Casal AVEIRO**

## Como se fabrica um Presidente

Consenso da maioria das Forças Armadas — «o momento é de arrancar». Eanes será candidato (A Capital); Eanes será candidato (DP); Manobras de direita não dividem o CR (O Diário); Ramalho Eanes, o mais presidencial (O Dia); Candidatura à Presidência; especulações para confundir (DL); O espírito de missão de Ramalho Eanes (Expresso); Candidatura de R. Eanes praticamente decidida (Primeiro de Janeiro); Eanes e Pinheiro de Azevedo na corrida para Belém (O Jornal); Candidatura de Costa Gomes à Presidência da República (DP); Eanes é a segunda derrota da direita (Opção); Oficiais reuniram-se no Estado-Maior. Aguarda-se nota do CR (DN).

### IMPRENSA E MANIPULAÇÃO

Já nos habituámos ao apurado sentido de desinformação dos vários jornais para quem a sua verdade corresponde

sempre aquilo que eles queriam que fosse, independentemente de coincidir ou não com a realidade.

Esta técnica de manipulação da opinião pública resulta tanto mais eficaz quanto maior for o número de jornais que se tem na mão. E se acrescentarmos que a TV e a Rádio, agora de novo com noticiário oficial único, não escapam a estes processos, teremos uma ideia da extensão da lavagem ao cérebro a que diariamente somos submetidos.

### FABRICAR UM PRESIDENTE

As manobras e pueras várias que a Imprensa vem desenvolvendo a propósito da escolha de candidatos à Presidência ilustram de forma exemplar o que afirmámos.

A importância de quem seja o PR não resulta apenas dos poderes que tal cargo lhe confere mas sobretudo do papel que terá na realização de alianças partidárias.

Daí que as manobras pré-eleitorais tenham surgido como tão ou mais importantes do que a própria eleição. Assim se compreende o frenesim com que as várias forças utilizam os meios de que dispõem para fabricarem uma «figura nacional» que correspondesse às alianças que pretendem ver realizadas.

### CINISMO É ARMA DOS «INDEPENDENTES»

Não admira que neste caso se tenha tentado uma manobra complementar para enganar o povo: a propaganda à volta da indicação do candidato do consenso — «o suprapartidário» — o homem que (como a pescada) antes de ser já o era.

Assim, depois da versão «candidato das Forças Armadas» passamos ao «candidato do consenso do CR», acabando, todos muito pudicamente por não indicar ninguém — «para não condicionar o eleito-

rado» — embora não percam oportunidade de por meias palavras e referências indirectas lá irem dizendo quem é que apoiam — deixando aos comentaristas afectos o cuidado das brilhantes conclusões, das perspicazes análises.

### EANES — O CONSENSO DA DIREITA

É significativo que tendo Eanes recebido o apoio do PPD logo seguido do CDS, a Imprensa que estes dominam aparece a afirmar que ele é o candidato «de todas as forças democráticas». Assim, desde logo, o «Tempo», o «Expresso», o «Jornal Novo», a «Liberdade», a «Pátria», a «Rua» se desdobram em análises, sondagens, citações de «fontes geralmente bem informadas» ou «próximas do Conselho da Revolução» que todas elas coincidem num ponto (como não poderia deixar de ser, atendendo à jogada em curso) — O consenso sobre Eanes.

Nesta manobra, como aliás já é costume, a ala direita do PS não se mostrou menos PPD que os PPD's ou menos CDS que os CDS's. Nem isso é de admirar já que a sua função é puxar o PS para a direita, torná-lo PPD e CDS quanto possível.

Assim a «A Capital» e a «Luta» multiplicavam manchetes e fotografias que demonstravam «inequivocamente» as qualidades, os dotes, de Eanes para a Presidência.

Nisto tudo os sociais-democratas de esquerda cumprem a sua função, que é, fazer crer que a direita é esquerda, de maneira a fazer com que tenha o apoio não só da direita (que sabe bem onde estão os amigos) mas ainda de fracções da esquerda que confundidas acreditam que é esquerda, a direita.

Baralhado? É natural. Disso vivem estes senhores. Nisto é mestre o Portela (Filho); o que era do «Jornal Novo» e agora tem uma revista chamada «Opção» (a opção dele, claro). Enche várias páginas com disparates para demonstrar o que

traz em título de capa — que a eleição de Eanes será a segunda derrota da direita (17171717111???)

E ainda o Portela se esquece de várias derrotas da direita. Pois segundo a sua lógica não terá também sido derrota da direita o 25 de Novembro? Pois não eram direita o Otelo, o Dinis de Almeida e o Tomé? Não era de direita também o vasco tendo sido grande vitória da esquerda a assembleia golpista de Tancos. Com tanta derrota da direita não pensará o Portela que estamos já no socialismo? (pluralista e não golpista, claro!)

Da mesma linha, o «O Jornal» é figurante da mesma peça. A ele se deve aquela história de que o Carneiro apoiou o Eanes para fingir que queria o que não queria e prejudicar o general, partidizando-o (não sabemos se o Freitas apoiou pela mesma razão).

### «MAIORIA DE ESQUERDA» COM CANDIDATO DA DIREITA

Seja porque também colaboraram na confusão, fosse para ganhar tempo, o que é certo é que o «Diário de Lisboa» e o «O Diário» já estavam também a certa altura a contar a mesma história, apesar de não lhes competir o mesmo papel (a menos que o ascenso de Aboim Inglês torne Miguel Urbano Rodrigues mais parecido com Joaquim Leiria do que aquilo que em princípio seria de esperar).

Entretanto lá iam susurrando timidamente que isso do Eanes, era tudo «maquinações que visavam criar pressões e desestabilizar a situação»; que o candidato ainda não estava escolhido, que havia várias hipóteses e a medo sugerindo que talvez o actual PR pudesse manter-se... ou o almirante, que sempre anima de vez em quando o panorama com as suas gracinhas... como aquela de mandar a malta barda merda... ou que até poderia ser um civil, etc., etc. — tímido remar contra a corrente, de quem, desprovido de instruções, (sobre alternativas ao candidato da



direita) não sabe em que ventos há-de navegar.

De facto não é cómoda a posição do PC. Depois de tão esforçadamente se ter batido pela «maioria de esquerda» e pela unidade com o PS, que fazer? Apoiar Eanes, como o PS se prepara para fazer? Deixar-se de «maiorias de esquerda» e apresentar uma candidatura alternativa? Só num ponto o PC parece

ter ideias claras: no ataque à esquerda que apelida de «esquerdistas» e «aventureiristas», tentando criar um ambiente de suspeição e divisionismo já que a candidatura de uma individualidade de esquerda, que claramente se afirma disposto a lutar ao lado das massas de explorados, poderá tornar-se extremamente incómoda ao nível das suas próprias bases...

## O povo não aceitará o candidato da burguesia!

Quem não está disposto a aceitar passivamente o candidato que a direita pretende impôr são as massas trabalhadoras, os operários, os camponeses e soldados para quem estes dois anos de processo revolucionário foram feitos de sacrifícios e de esperanças, de derrotas e vitórias na luta intensa em todos os lugares onde a exploração capitalista se faz sentir, nas fábricas, nos bairros, nos campos e nos quartéis.

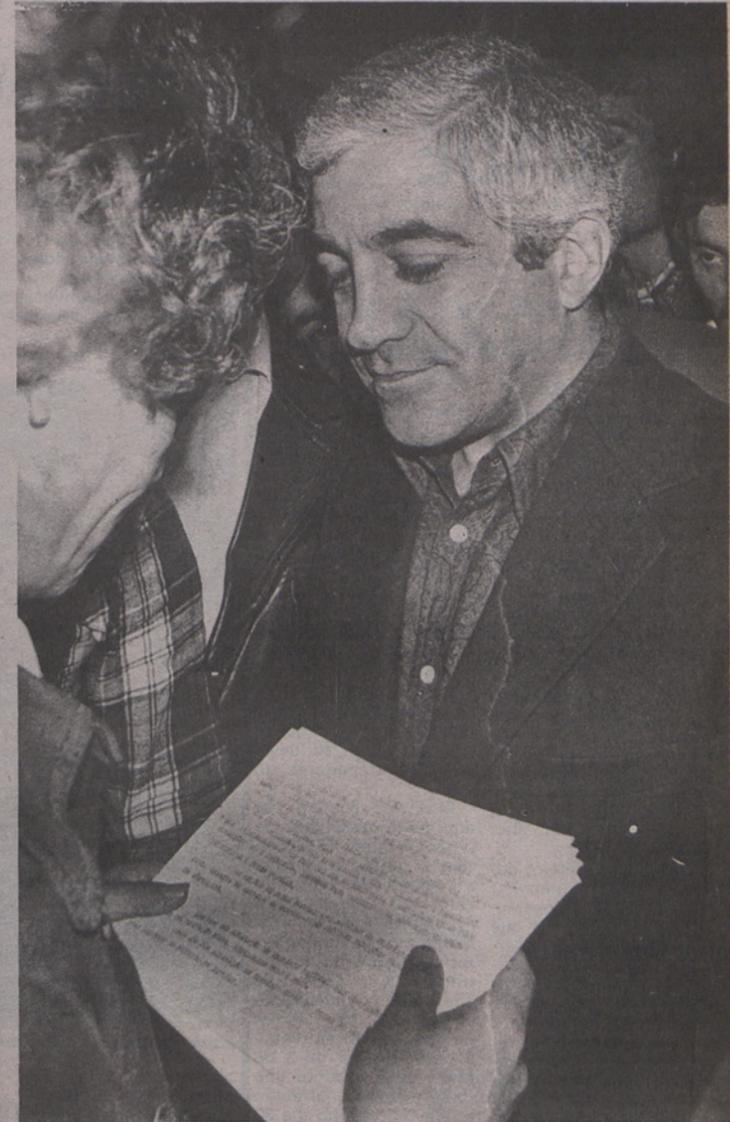
Eles sentiram quanto de esperança e libertação trouxe o 25 de Abril. Eles sentiram na carne o desespero e a derrota em 25 de Novembro. Para eles, o que então se perdeu, não foram projectos, vias, teses abstractas. Foi o pão, foi o trabalho, foi a liberdade.

Por isso eles não têm dúvidas sobre o que representam Eanes, Azevedo e os outros. Por isso não ficam nem ficarão parados.

O texto que reproduzimos em primeira página traduz o sentido da diligência feita por uma delegação de trabalhadores junto de Otelo Saraiva de Carvalho na passada sexta-feira.

Não encontrando o major Otelo em casa, a referida comissão, que integrava elementos de vários órgãos de Populário Popular, dirigiu-se à Reitoria da cidade Universitária onde ele se encontrava.

Otelo viria a afirmar que estaria disposto a ser candidato se verificasse que eram as massas populares quem o exigia.



## EANES NÃO É O CANDIDATO DO POVO

Promovido a general após o golpe de Estado de 25 de Novembro, Eanes não é certamente o Pinochet português.

Nem só de fascismo vive o capital... e se Eanes não é igual a Kaulza, o 25 de Novembro não deixou de ser um golpe contra-revolucionário e a maior derrota popular desde o 25 de Abril.

Espírito militarista, cultivando os mitos da competência e da incorruptibilidade — eis a imagem que pretendem dar os que hoje o utilizam.

Eanes fala pouco? A obra a que deu corpo fala por si: O Exército foi «redisciplinado».

Foi devolvida a autoridade às forças da ordem-burguesa. Casas ocupadas por famílias

res pobres foram «libertadas» e entregues aos seus proprietários capitalistas. Algumas empresas e terras foram desocupadas com grande aparato, abrindo o caminho ao regresso dos patrões. Os pides foram libertados e «estão confiantes».

O projecto de «reestruturação» do Exército, da responsabilidade de Eanes, é um projecto reaccionário que visa separar os soldados do Povo, para o devolver à sua função repressiva de garante do sistema capitalista.

A formidável campanha feita por várias forças, convergindo no geral, leva a perguntar — será Eanes o homem capaz de unir a burguesia?

Os trabalhadores,



as massas populares, não podem esperar pela resposta.



## ÚLTIMA HORA

Segundo notícia que acabamos de receber, os operários da Setenave, em Plenário, decidiram manifestar o seu apoio à candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República, vinculando a sua Comissão de Trabalhadores a realizar todos os esforços no sentido de que ela venha a verificar-se.

## A FAVOR DA CANDIDATURA DE OTELO

A Comissão que contactou Otelo integrava elementos de vários órgãos populares de base: Conselho de Moradores do Barreiro; CM Madalena — Lisboa; CM Quinta das Palmeiras — Oeiras; Comissão Dinamizadora das Rendas de casa — Setúbal; Círculo Cultural de Setúbal; CM Quinta de Narigão — B.º Relógio — Lisboa; CM Bairro do Liceu — Setúbal; CT Setenave — Setúbal; CT Auto-Reconstrutora — Barreiro;

CT Tinto — Barreiro; Secretariado da Intercambios do Grupo C.U.F.; CT Seguros União — Lisboa; CM Zona 2 — Lavradio; CM Nevogilde — Porto; Conselho Revolucionário de Moradores — Porto; Associação de ex-Militares Desempregados do Porto; Comité de Luta Nacional da A.E.M.D.; Grupo de Apoio ao Poder Popular — Cartaxo; CT Lisnave — Almada; Sindicato Escritório — Setúbal; CT DODEF — Corticeira; Delegados Sindicais —

Setenave; CT Lusite — Cruz Quebrada; Cooperativa Agrícola «Soldado Luís» — Alcácer do Sal; Secretariado CM's de Setúbal; Secretariado CT's de Setúbal; CM Casebres — Alcácer; CM Torrão — Alcácer; Cooperativa «Alentejana» — Alcácer; Cooperativa «Unidade» — S. Maços, Évora; Cooperativa Vimeiro — Vimeiro, Évora; CT Anselo — Évora; Secretariado CM's da Marinha Grande; CT Imimolde — Marinha

Grande; CLAC — Nacional; CLOMP — Lisboa; CM S. Condestável — Lisboa; CT Fisipe — Barreiro; CM da Torre — Cascais; CT Petrolgal — Lisboa; CT SIPE — Carcavelos; Delegados Sindicais da Standard Eelétrica — Cascais; Delegados Sindicais do Banco Espírito Santo — Lisboa; Delegados Dindicais IVIMA — Marinha Grande; Secretariado de Trabalhadores — Marinha Grande; CT Seguros Ourique — Lisboa;

Associação Inquilinos Lisbonense — Lisboa; CM Mataraque — S. Domingos de Rana; CM Alto Espargal — S. Domingos de Rana; Del. Sind. Assicurazione Generale — Lisboa; CT Northern — Lisboa; CT Fisconta — Lisboa; CM Baixa da Banheira; CT Eurofil — Póvoa de St.ª Iria; CM S. Sebastião — Loulé; C. Moradores de Albufeira; C. Moradores de Olhão; C. Moradores de Portimão.

# MADEIRA: Carregadores do porto UNIDADE FOI A VITÓRIA!

Terminou na sexta-feira, 30 de Abril de 1976 a luta dos carregadores-descarregadores do porto do Funchal quando tudo fazia crer que ia endurecer ainda mais.

A 3 de Fevereiro entregaram os trabalhadores à Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira (JAPAM) um caderno reivindicativo exigindo horário de trabalho de 8 horas diárias e 45 semanais, 30 dias de férias com subsídio e 13.º mês. Nada disto usufruíam, já que, trabalhando por empreitada, o faziam enquanto houvesse carga e descarga no porto, não tendo portanto horário de trabalho, férias ou feriados.

De 26 de Fevereiro até 18 de Março entabulou o sindicato conversações com a JAPAM que tendo aceiteado o caderno reivindicativo, o enviou ao governo do distrito por não ter poderes para resolver o assunto.

Os trabalhadores foram atingindo a saturação e decidiram entrar a trabalhar oito horas diárias.

A 17 de Abril uma nota informativa do governo do distrito do Funchal culpava perante a opinião pública os trabalhadores do porto pela saída do navio Lugela com 100 toneladas de carga a bordo e que não haviam sido descarregadas.

Apercebendo-se da tentativa do governo em virar a população madeirense contra si, os carregadores-descarregadores do porto saíram de imediato com uma nota nos jornais em resposta à informação oficial, onde colocavam os pontos nos «is» fazendo um historial da luta e desmascarando as tentativas divisionistas do brigadeiro Azere-do, governador civil e militar do distrito. Nessa nota se dizia que a carga do navio Lugela era com-

posta na sua grande maioria por ferro e telha, de que não havia falta no mercado e em menor escala por produtos alimentares. Destes produtos alimentares não fazia parte o milho que é a base da alimentação para muitos trabalhadores madeirenses — e cuja falta já se fazia sentir, sendo uma consequência do atraso dum navio que já devia ter chegado à Madeira. A nota informativa do governador já dava cobertura ao boato de que a falta de milho se devia aos descarregadores do porto.

Mas não ficaram por aqui os trabalhadores da doca. De imediato se uniram a outros sindicatos e à Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Portuários. E foi exactamente esta união que fez recuar o governo do distrito. A Federação ameaçava paralização progressiva dos portos da ilha, de 1 hora diária, a partir do dia de 3 de Maio, se o assunto não fosse resolvido. Aí então e pela 1.ª vez, no dia 30 de Abril, o Sindicato dos Carregadores e Descarregadores de Terra do Porto e Distrito do Funchal foi chamado a negociar com a Junta Governativa da Madeira.

Algumas regalias foram conseguidas, embora nem todas. Na concentração do 1.º de Maio, ouvimos a um trabalhador: **Ao fim de 50 anos tenho direito a férias.**

Aqui e mais uma vez se provou que só na unidade os trabalhadores vencem. A repressão dos governos da burguesia contra os trabalhadores estes têm de se unir para poderem responder.

VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES!

Núcleo do Funchal do MES

# AÇORES: "Os PPDs fazem tanta falta como uma viola no enterro"

Também nos Açores o 1.º de Maio foi uma jornada de luta contra o fascismo e contra o separatismo. Em Angra do Heroísmo os trabalhadores manifestaram-se na rua respondendo à convocatória da União dos Sindicatos locais.

Entretanto, a burguesia

continua a manobrar para eliminar os aspectos progressistas da constituição e impôr um Estatuto de Autonomia que lhe permita acabar com as conquistas que arduamente os trabalhadores açorianos ainda mantêm de pé.

A seguir, transcreve-

mos um artigo do n.º 3 de «A Palavra ao Povo», jornal dos núcleos do MES nos Açores:

«Nos últimos dias tem-se vivido nos Açores um clima de tensão política gerado pela burguesia.

O PPD elaborou um projecto de autonomia para os Açores que mais não é do que o caminho aberto para a «independência».

O PPD ameaçou o Governo de Lisboa que se não assinasse o seu projecto de autonomia retiraria os seus militantes da Junta Regional e das autarquias locais (Juntas de Freguesia, Câmaras, etc.).

O Governo de Lisboa não assinou como o PPD queria e então o PPD diz aos seus militantes que abandonem a Junta Regional, juntas de Freguesia, Câmaras, etc.

A posição do MES é clara: 1.º os PPDs podem sair todos porque fazem tanta falta como uma viola no enterro; 2.º — O Estatuto de Autonomia, com ou sem pontos cortados, em nada serve os trabalhadores.

As maiorias eleitorais do PPD que serviram para a Junta Regional nomear novas comissões

para as Juntas de Freguesia, etc, servem agora e outra vez em nome do povo para as tirar.

O PPD está a ver que não governa no Governo de Lisboa e então vem com estas aflições da autonomia para ver se fica a mandar nos Açores, porque gosta muito de ter um tacho para mandar também.

Com todo este jogo o PPD julga que engana os trabalhadores, mas não o consegue porque muitos trabalhadores já sabem que quando os sindicatos escrevem ou telefonam para a Junta Regional a perguntar quando é que os seus acordos colectivos de trabalho são assinados, o senhor general Altino de Magalhães responde que tem outras coisas «mais importantes a tratar».

O que serão essas «coisas mais importantes»?

O que o PPD fez foi arranjar um «tacho» para os seus doutores estarem a ganhar 13 contos por mês, os irmãos deles 8 ou 9, as esposas outros 8 ou 9 e ainda mais dois secretários a ganhar o mesmo ou parecido.

Sim! a autonomia sem os exploradores. Fora a burguesia. P'ra frente os trabalhadores.



## Que democracia é esta?

Publicamos na íntegra uma carta que nos foi enviada por um grupo de trabalhadores da fábrica de calçado J. Henriques de Oliveira, em Escapães-Vila da Feira.

A carta fala por si.

O nosso patrão até à data nem pagou subsídio de férias, subsídio de Natal, nem retroactivos de Agosto e Setembro, mas tem dinheiro para comprar quintas em S. João da Madeira por alguns milhares de contos.

Encontramo-nos a trabalhar sem ter quartos de banho para fazer as nossas necessidades. Até agora vamos ao mato fazer o que era preciso, mas como ele entendeu que alguns perdiam muito tempo, resolveu abrir lá uns buracos com tijolos ao alto que nem portas tem.

Mas escrever é uma coisa e ver/coutra. Nem sequer temos uma bacia para lavar as mãos somos obrigados a vir comer com as mãos todas sujas, também não temos um refeitório para comer-mos, assim, somos obrigados a comer nas valetas abrigados debaixo de um guarda chuva, enquanto ele e a sua família comem numa bela sala com aquecimento, não se importando dos operários que trabalham para ele ter todo o conforto. Nem sequer um buraco para guardar as bicicletas e para nos abrigar-

mos enquanto esperamos que a fábrica abra, passamos ali meia hora debaixo de chuva. Quando entramos já vamos todos molhados. De Verão nem sequer podemos mandar buscar uma pinga de água para beber. Há um operário dentro da fábrica que antes do 25 de Abril ganhava 60\$00 por dia, depois disso, veio o contrato colectivo de trabalho e ele foi para 5.500\$00 por mês, e ele já não servia para a fábrica. O patrão chamou-o e disse-lhe que só lhe podia pagar 3.000\$00 por mês. Esse operário obrigou-se a trabalhar, mas como o dinheiro não lhe chegasse, dirigiu-se ao Sindicato dos Sapateiros e foi informado que não assinasse a folha. A partir daí o patrão nunca mais lhe pagou; o caso foi entregue

ao tribunal, mas o patrão queria ver se o rapaz se despedia com a necessidade e arranja sempre meios para o processo atrasar e não sair tão rápido. O Sindicato está a socorrê-lo com 3.000\$00 por mês. Na vontade do patrão, o operário mais a família morriam de fome. Para pagar os direitos aos operários não tem dinheiro, mas para oferecer uma furgoneta e pagar 7.000\$00 por mês a um laçao para fazer propaganda do P. P. D. teve.

Dentro da fábrica há 4 delegados sindicais e um já foi agredido por pedir os seus direitos, além destes outros já o foram. Por tudo isto pedimos a todos os trabalhadores para se unirem contra os patrões desta classe.

# Quem lança os retornados contra a população?

Após mais de uma semana mantêm-se frente a S. Bento alguns retornados em luta, segundo dizem, por aquilo a que têm direito.

E que pretendem afinal?

Como já aqui referimos, mas para que fique bem claro, exigem os seguintes subsídios mensais para alimentação:

Casal — 6 mil escudos; pessoa solteira — 4 mil escudos; cada filho — mil escudos.

Este caderno reivindicativo é manifestamente exagerado e suscita muitas interrogações sobre quais são as reais intenções dos seus promotores.

Uma coisa é certa — esta movimentação tem suscitado nos trabalhadores portugueses em geral a mais viva indignação, dada a disparidade de tratamento — situação claramente de privilégio — que a aceitação de tal caderno reivindicativo representaria. Pelo que pudemos observar em conversas de rua, transportes públicos, cafés, etc. — nenhum outro tema merece opinião tão unânime por parte das pessoas. «O que eles não querem é trabalhar. Se me dessem 6 contos a mim, também eu não precisava de trabalhar para nada» — estas são algumas das conclusões a que inevitavelmente levam tais conversas.

O que pensar disto? A

questão que neste momento se põe é a seguinte: a «luta» dos retornados que teimam em se concentrar em S. Bento e em exigir o referido caderno reivindicativo está a criar, nas massas trabalhadoras um profundo sentimento de inimizade para com os retornados em geral.

Ora, se entre os retornados há oportunistas e reaccionários — há-os, por certo, não temos dúvidas em afirmá-lo — também há muitos trabalhadores explorados. Estes são a larga maioria e devem estar unidos aos restantes trabalhadores e não contra eles.

Perguntamos — vão estes trabalhadores permitir que em seu nome continuem alguns a exigir reivindicações que não podem merecer o apoio dos trabalhadores?

## UM EXEMPLO

Curiosamente em relação a esta questão os jornais não têm falado muito de «agitação fo-

mentada por minorias», de «agitadores profissionais a soldo não se sabe de que potências», em «espíes estrangeiros infiltrados», etc., etc.

Vamos copiar, sem comentários, uma passagem da notícia publicada no jornal «Retornado», jornal claramente reaccionário que se tem mostrado particularmente empenhado em espichar os retornados de uma forma tipicamente racista, dividindo, avivando ódios e ampliando conflitos.

Aí vai a citação. Que cada um pense o que quiser.

«Logo que foram conhecidas (na 5.ª-feira, de manhã) as disposições aprovadas pelo Conselho de Ministros — e que noutra local referimos — os «retornados» que se mantinham ainda concentrados em S. Bento desde logo consideraram inaceitáveis as condições estabelecidas pelo Governo.

«Mais ainda, revelaram o intuito de persistir

na luta. Um elemento da IOR (Inter Organizações de Retornados) afirmou, embora ainda apenas a título pessoal:

«— A partir de agora, estamos dispostos a tudo e a cumprir o nosso programa de luta.

«E salientou:

«— É muito possível que o turismo em Portugal acabe dentro de pouco tempo...

«A propósito de até que ponto a luta poderia ir, o mesmo elemento da IOR foi explícito:

«— Temos «brigadas de justiça», que são grupos de homens especialmente preparados e muito decididos, que entrarão em acção, se necessário. Podemos ir, inclusivamente, até actos de violência. Tudo depende das reacções do Governo e do próprio povo.

«Foi decidido manter no local a concentração de refugiados, enquanto se estudava qual a forma de luta a estabelecer, de acordo com a sequência dos acontecimentos.»



# O colóquio do GIS não era para trabalhadores...

Realizou-se no último fim-de-semana um colóquio sobre uma «transição para o socialismo na área mediterrânica». Pretendia-se com esta iniciativa «fazer o balanço dos aspectos emergentes de dois anos do processo revolucionário português» com a contribuição das forças «que pelo seu programa, pela ideologia e pela sua prática política tenham o socialismo como meta a atingir».

Que forças? Desde social-democratas dissidentes (MSD) aos partidos «socialistas» de Portugal, Espanha, França e Itália, passando pelos PC's dos mesmos

países. Também presentes o PSU francês e o PdUP italiano.

Que balanço? Os actores fundamentais desse processo, os seus órgãos unitários de base, não estavam presentes. Alguns jornais notaram a contradição. «A classe operária pode entrar?», pergunta feita por um grupo de trabalhadores e moradores, obteve a resposta de que aquilo era só para convidados.

Que transição? A luta de classes possui um movimento que é real. Fechar os olhos ou olhar para o lado sobranceiramente e não ver o que se passa mesmo debaixo do nariz, procurando

moldar essa realidade segundo um qualquer desejo ou aspiração, foi tarefa na qual fraquejaram velhos utopistas sociais do antigo século. O comunismo (ou a construção do socialismo) não é uma invenção de qualquer idealista reformador social. É esse mesmo movimento real, que não se compadece dos que pensam que ele não vai porventura no bom caminho e que muito tentam para achar, na sua cabeça, a via original que supere os aspectos mais «incómodos», «dolorosos», da luta viva que é a luta entre as classes.

Como disse Gramsci:

«(...) Conservadorismo temperado, próprio aos intelectuais que se concebem a eles mesmos como árbitros e mediadores das lutas políticas reais, encarnando a elevação do momento económico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialéctico, síntese que eles «manipulam» especulativamente no seu cérebro, **desejando** os elementos «arbitrariamente» (segundo as suas próprias paixões). Esta posição justifica a sua recusa em se comprometerem inteiramente no acto histórico real, recusa essa indubitavelmente cómoda».

# BREVE

## OS PALPITES DO VELOSO

Veloso era o homem que a direita mais gostaria de ver na Presidência. Mas sendo homem demasiado identificado, contenta-se com outros mais viáveis (ou presidenciáveis, como agora se diz).

Veloso, aliás, afirma apoiar Eanes incondicionalmente. E reforça-o com a afirmação de que na Região Militar Norte, oficiais, sargentos e praças terão grande satisfação em que Eanes seja Presidente.

Como é que se sabe?

Não é preciso fazer plenários. «Que eu desde que estou à frente da RMN acabei com isso». E Veloso sublinhou que enquanto estivesse à frente daquela Região Militar «não haverá mais plenários». Explicou que tinha um «feeling» (palpite) que lhe permitia aperceber-se do que pensam os soldados.

Assim é que é. Aliás 50 anos de prática destes processos mostraram claramente as suas virtudes.

Plenários para quê?

O Povo, para exprimir a sua posição não tem nada que abrir a boca. Não precisa falar nem ser ouvido. Basta que coma daquilo que os senhores que mandam lhe derem.

Assim é que é democracia. Assim é que é disciplina. Assim é que é o «bom Povo»!

## OS PIDES CONFIAM EM SOUSA E CASTRO!

Em entrevista ao «Jornal» Sousa e Castro, do Conselho da Revolução e responsável pela Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS e LP, faz interessantes declarações.

Gaba-se de só se encontrarem actualmente presos 47 elementos da antiga polícia política. Quando tomou conta do caso, só em Alcoentre estavam presos 900 pides, estando os processos muito atrasados. Imaginem-se os «ciclópicos trabalhos» que a Comissão tem desenvolvido...

Acrescenta: «não estou a libertar os pides pelo amor de lhes tenho. Trata-se de um acto dos mais elementares de justiça».

E mais adiante: «Quanto à fuga dos pides para o estrangeiro ela não chega a 10 por cento — Posso, de resto, garantir uma coisa: os pides confiam em mim pois sabem que vão ser julgados. Se eu for afastado deste cargo, então será a debandada».

Vindas de quem vêm, estas afirmações não deixam de nos preocupar. De facto o Povo português não tem motivo para estar orgulhoso. Quando, passados dois anos sobre o 25 de Abril, nem uma só sentença atingiu os que durante tantos anos nos oprimiram, reprimiram e exploraram; quando, não bastando isto, somos informados de que apenas restam 47 elementos presos, é caso para perguntar — para onde nos querem levar?

## SPINOLA REGRESSA? MURIAS JÁ CÁ ESTÁ!

A «RUA» é uma jornal fascista — Múrias, seu director, é tão democrático que nem Marcelo o deixava fazer jornais!... por serem demasiado à direita!

Pois a «RUA» do Múrias já existe, já pode sair neste país novo, pluralista e em liberdade!

Em primeira página anunciou que Spinola regressa e que o MDLP vai dissolver-se «porque os seus militantes consideram restabelecida a via democrática». Acrescenta-se ainda, citando «fonte altamente qualificada» e «os elementos mais responsáveis» (e nós que pensávamos que o MDLP era ilegal, clandestino, etc. e que afinal descobrimos que tem porta-voz oficial e tudo!) que a «maioria dos militantes do MDLP já se encontra em Portugal... onde se integram «na nova sociedade portuguesa nascente».

Com esta evolução «democrática» onde iremos parar?

# FRELIMO

## Conhecer o inimigo e as nossas próprias forças para saber como avançar

Continuamos a publicar alguns trechos da Resolução de Política Geral da 3.ª reunião do Comité Central da Frelimo efectuada em Fevereiro deste ano em Maputo. Nesta parte do importante documento faz-se uma análise das classes em Moçambique e definem-se as tarefas da Frelimo face a esta nova fase da luta.

Após havermos recapitulado brevemente os acontecimentos marcantes desde o lançamento da ofensiva generalizada e o consequente colapso do exército colonial português, importa definir nos seus aspectos fundamentais a situação geral do nosso país na fase presente.

### a) SITUAÇÃO POLÍTICA

A situação actual do nosso país do ponto de vista político é determinada pela aglutinação da luta de classes como consequência directa da consolidação do poder da aliança operário-camponesa ao nível do Estado e das primeiras medi-

das revolucionárias: recuperação das terras, nacionalização dos prédios de rendimento e outras medidas de controlo e nacionalizações no domínio do ensino, medicina, da justiça e outros.

Estas medidas constituíram um golpe sério nos interesses directos da burguesia e um golpe ainda mais sério nas esperanças do capitalismo e do imperialismo de manter o nosso país na sua órbita.

A fase em que nos encontramos hoje é uma fase de luta aberta contra o capitalismo que faz surgir de forma clara, perante nós, o inimigo de classe.

## O INIMIGO

Devemos no entanto estar atentos para o facto de que a reacção deste inimigo de classe não se apresenta sempre da mesma forma. Se por vezes como em 17/18 de Dezembro, ele recorre à acção armada violenta e frontal, na maior parte das vezes, no entanto, essa acção manifesta-se de forma subtil, através da infiltração de agentes, de provocações, sabotagem, criando um clima de subversão, intranquilidade, anarquia, de liberalismo e de indisciplina, e encorajando a repetição de múltiplas violações das nossas regras de vida.

O inimigo permanente do nosso povo é o imperialismo, é o sistema capitalista mundial. Embora tendo perdido uma batalha quando o colonialismo português foi derrotado, ele não renunciou ao seu objectivo constante de dominar o nosso país, a fim de explorar em seu proveito as enormes riquezas da nossa terra e a força de trabalho do nosso povo.

Os agentes da reacção imperialista são recrutados no seio dos elementos envolvidos na exploração ou possuindo uma vocação capitalista.

No nosso país podemos neste momento encontrar várias categorias nestas condições:

— A burguesia colonial, constituída por elementos que beneficiavam directamente da exploração capitalista e do sistema colonial.

Foi esta burguesia colonial que lançou uma campanha de corrupção ao nível dos quadros dirigentes da Frelimo e ao nível da base, através da infiltração dos seus agentes no seio das estruturas de base, nomeadamente dos grupos dinamizadores. O objectivo era bem claro: destruir a Frelimo usando as estruturas da Frelimo.

É esta burguesia colonial que cria o clima de perturbação social através do lançamento de campanhas de boatos, denegrimto da Frelimo e do governo e calúnias contra a sua direcção.

Neste momento, este sector da reacção encontra-se relativamente desorganizado e perturbado pelo ritmo do processo revolucionário que não consegue deter. Uma grande parte dos seus componentes encontra-se em vias de partir, em alguns casos renunciando à nacionalida-

de moçambicana, que adoptara com a esperança de dela tirar proveito. Não lamentamos a partida destes elementos, que se mostraram incapazes de se integrar sem preconceitos e sem ambições capitalistas na nova sociedade moçambicana.

— A média e pequena burguesia nacional, composta por elementos moçambicanos, e o fruto das medidas de promoção social, tomadas pelo colonialismo à beira da agonia com o objectivo de travar a progressão da Frelimo ou de pelo menos, no momento da sua partida, deixar no nosso seio os seus representantes espirituais e os defensores dos seus interesses materiais.

Trata-se de um sector social extremamente ávido de poder e de riqueza, preparado pelo colonialismo, à sua imagem e semelhança. Embora pouco forte do ponto de vista económico, os seus gostos, preocupações, concepções de vida, maneira de pensar reflectem profundamente as ideias da burguesia colonial portuguesa que é o seu modelo e fonte de inspiração.

Foi este sector social que aplaudiu com grande entusiasmo a queda do colonialismo esperando ser os substitutos da burguesia colonial, ao nível económico e social e do aparelho do Estado. O seu apoio à Frelimo na fase de transição e no período da proclamação da independência era em parte ditado por essa sua ambição.

As medidas de nacionalizações das terras, dos Serviços de Saúde e da Educação — que criaram as condições do seu uso em benefício das massas laboriosas, não só feriram a burguesia estrangeira como

também abalaram a pequena e média burguesia nacionais.

A tomada dos prédios de rendimentos também reforçou esta situação.

Por isso, neste momento em que o carácter popular do nosso poder e dos nossos métodos se concretiza, estes elementos frustrados tornam-se perigosos agentes de desagregação, fomentando todas as formas de divisionismo, desde o tribalismo ao regionalismo, racismo e divisões religiosas, aceitando mesmo ser cúmplices da sabotagem económica com o objectivo de provocar in sucessos na acção do governo e aparecerem como alternativa política.

Impõe-se introduzir urgentemente os correctivos que impeçam a consolidação do poder destes elementos, adoptando nomeadamente uma clara opção de classe no recrutamento de elementos para o aparelho do Estado e para a direcção da economia.

A nossa acção em relação a estes sectores da burguesia deve visar a reintegrá-los no seio das largas massas que eles foram ensinados a desprezar, e combater o individualismo e litismo e ambição herdadas e copiadas da burguesia colonial.

Essa reintegração pode ser facilitada pelo facto de esta camada social possuir um espírito e tradição patriótica confirmado historicamente.

Toma-se por isso urgente a entrada em funcionamento do Serviço Nacional de Defesa e Reconstrução.

grosso da população operária. Neste momento, o crescimento embora desorganizado e não planificado de indústria, associado ao incremento no sector dos portos e transportes, tem dado lugar a um aumento significativo da população operária.

A consciência da massa operária não atingiu no entanto a fase necessária devido a diversos factores.

— A repressão feroz que durante a época colonial impediu a realização de um trabalho contínuo e profundo no seio do operariado;

— A dominação ideológica da burguesia e a influência alienante das aristocracias operárias;

— O efeito das tentativas de corrupção material e ideológica da classe operária, desenvolvidas pelo regime colonial com o objectivo de dividir a classe e suscitar o aparecimento no seio dela de uma pequena elite.

Por essa razão, torna-se necessário um intenso trabalho político no seio do operariado, incluindo a organização

da luta ideológica contra as tendências capitalistas, tanto no plano da prática como da teoria.

No entanto, o sentimento claro da injustiça e a consciência da exploração pelos operários tem sido suficientemente fortes para estabelecer uma linha de demarcação cada vez mais clara em relação ao capitalismo e compreender a necessidade de uma aliança estreita com as massas camponesas, a fim de consolidar o poder operário-camponês.

Nas zonas rurais é necessário distinguir zonas libertadas durante a luta armada de libertação, das zonas ocupadas pelo inimigo até aos acordos de Lusaka. Nas zonas libertadas, o grau de organização e mobilização popular elevado manifestou-se pela participação activa das massas na resolução dos seus problemas, reflectindo assim o desenvolvimento da consciência política trazido pelo processo da guerra popular revolucionária.

## O APARELHO DE ESTADO

Ao nível do aparelho de Estado enfrentamos uma grave contradição.

No essencial, as estruturas actuais do aparelho de Estado, os seus métodos e recrutamento continuam a ser os praticados no período colonial.

Importa romper, desde já com tais métodos coloniais e criar uma clima de participação de todos na resolução dos problemas, tendo como preocupação constante a de libertar a iniciativa criadora das massas. Em cada sector de trabalho ao nível do aparelho de Es-

tado impõe-se romper com o espírito de rotina,

mas que aparentemente eram insolúveis (como o transporte de material de guerra e dos abastecimentos a grandes distâncias, a organização do comércio das zonas libertadas, o desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção, a melhoria da situação sanitária) foram resolvidos sempre buscando não a solução tecnicamente mais avançada mas aquela que recorria antes de mais à participação popular, tanto no processo de estudo e decisão co-



## AS MASSAS POPULARES

Ao analisarmos a situação das massas populares devemos distinguir a situação das massas operárias e das massas camponesas.

As massas operárias encontram-se essencialmente nos pontos de

concentração industrial do nosso país.

Embora numericamente fraco em relação à população global, o sector operário tem vindo a crescer. Há cerca de quinze anos o proletariado agrícola constituía o

com a cópia do modelo colonialista. Toda a técnica de gestão e de administração é uma ciência de classe, não há técnica neutra que possa ser inocentemente utilizada por nós como era pelo inimigo.

Durante o período de luta armada, os proble-

mo na rase da realização.

O recurso aos técnicos e cooperantes estrangeiros deve ser visto nesta perspectiva e não na da manutenção de estruturas e regras de funcionamento que se não coadunam ou contradizem a nossa linha política.

# Sobre a ameaça de golpe fascista

Concluimos hoje a publicação (iniciada na semana passada) de um texto-debate sobre a ameaça de golpe fascista, incidindo fundamentalmente sobre o que se passa nas Forças Armadas.

Na primeira parte afirmava-se a inviabilidade do golpe fascista a curto prazo, avançando-se o argumento da dificuldade que os oficiais reaccionários terão em obter alguma adesão voluntária significativa da parte dos soldados, dado que são trabalhadores fardados e que, com maior ou menor consciência, todo o Povo português foi focado pelo processo revolucionário.

Hoje terminamos, desenvolvendo alguns outros argumentos (todos de natureza militar) a favor daquela posição.

6. Ao nível de cúpulas militares a direita tem manifestamente vantagem.

Esta direita militar dificilmente pode ser associada a um partido político. O que não quer dizer que pela sua prática e pela sua referência ideológica não se situe num leque que abrange aproximadamente PPD, PDC, CDS e forças fascistas saudosistas dos «bons velhos tempos» e que são a base em que se apoiam organizações como o ELP e MDLP.

Mas mais do que tentar enquadrar partidariamente os militares (há sempre excepções, evidentemente, e muitos erros foram cometidos quer por militares progressistas, quer por forças políticas, neste campo por incompreensão deste facto) é preferível procurar encontrar as várias tendências que realmente existem, se queremos entender alguma coisa das contradições que surgem nos meios militares e de qual deve ser a nossa tática face a elas.

Tais tendências, em geral, não se geram em torno de um programa de acção ou de um projecto de sociedade mas antes de uma figura — o chefe militar.

O chefe militar não é alguém escolhido, nomeado ou eleito. É um

elemento que deve reunir as condições do bom militar, competente, com sentido do mando, da autoridade e da ordem. É sobretudo imbuido do espírito da «ética» militar (afabilidade no trato, generosidade para com os inferiores, que mantém sempre em respeito e a uma certa distância, camaradagem, etc.).

Deve além disso ser de porte impecável, «incorrupto e incorruptível». Alguns dirão a respeito deste modelo: «até os soldados o adoram».

Se a estes atributos essenciais juntamos uma pitadinha de declarações políticas e um pouco de «cultura geral», aí temos o chefe da tendência que tanto pode ser um «bonaparte», como um «pinochet», como um tipo extremamente legalista e com o culto da hierarquia e do regulamento.

Na direita militar existem, de facto, várias tendências, as principais das quais se alinham atrás de Spínola, de Kaulza de Arriaga e de Bettencourt Rodrigues/Galvão de Figueiredo, respectivamente.

É claro que imensos factores entram aqui em jogo não nos podendo esquecer que não há organicidade de qualquer espécie em cada uma. A

tentativa de superar esta ausência de organicidade que é a sua grande fraqueza, é o ELP e o MDLP, estes sim com elementos orgânicos e obedecendo a uma hierarquia própria.

A grande fraqueza destas organizações continua sendo a de só terem implantação no Quadro Permanente e, dentro deste, fundamentalmente nos oficiais superiores e generais.

## DIREITA AINDA POUCO OPERACIONAL

7. Quer dizer: a direita tem dificuldade em submeter organicamente o corpo de oficiais intermédio entre os soldados e os escalões mais elevados da hierarquia — os oficiais subalternos, especialmente os capitães.

Sem dúvida que conta com muitos capitães, sargentos e bastantes milicianos. Mas são corpos sem coesão suficiente ainda para que a direita alinhe em projectos golpistas. Estes corpos intermédios são fundamentais (estratégicos) para arrastar a massa de soldados, para os preparar e para os conduzir e efectuar as operações.

Ora, ao longo do processo revolucionário português foi precisamente este corpo que foi mais tocado pelas transformações operadas e que muitas vezes actuou em acções conjuntas com as massas populares e que se iniciaram com as Campanhas de Dinamização Cultural. Foi ainda este corpo de oficiais e sargentos que mais sentiu os efeitos positivos de deixar de ser relegado para a condição de obediência pura e simples ou para a situação de militares de segunda. Foram os mais activos na

participação não só nas Campanhas de Dinamização no exterior das unidades militares, mas também na dinamização da sua vida interna (plenários de unidade, ADU's, GDU's, etc.), tendo os sargentos chegado a conseguir eleger a sua Comissão Nacional de Sargentos que, funcionando bem ou mal, era um corpo representativo.

Com o 25 de Novembro, tudo acabou e só a hierarquia contou. O capitão é novamente o capitão, tem que obedecer ao major; o sargento voltou a ser o militar de segunda (claro que muitos destes, por falta de esclarecimento e pela repressão a que foram sujeitos durante anos de salazarismo, são elementos pouco activos ou até reaccionários).

## O LEGALISMO SERÁ GARANTIA FORTE?

Estes corpos intermédios, no mínimo não desejarão o regresso ao

fascismo, podendo muitos deles até ser antifascistas conscientes. Deste modo, os oficiais, com tendências golpistas geralmente tocados pelo ELP e MDLP são facilmente associados ao regresso ao fascismo e, portanto, podem ser isolados politicamente.

Quer dizer, quando se tratar de pôr em causa a legalidade instituída pela situação democrática e pelo voto popular de que a Constituição é o ponto de síntese e o elemento material, visível e palpável, e que, tal como os regulamentos militares regulamentam a vida militar e as relações entre os militares, ela regulamenta a vida política e as relações entre os cidadãos e as classes, aí já muitos militares desses corpos intermédios poderão facilmente ser arrastados para esse campo, que é o do golpe de força.

## O GOLPE POR VIA ADMINISTRATIVA

9. Claro que o golpe está em marcha, mas é por via administrativa: saneamentos, colocações, afastamentos, transferências, etc.

Neste contexto, o militar ou o civil que ocupar o cargo de Presidente da República, não é indiferente que seja de direita ou de esquerda, fascista ou democrata, golpista ou legalista.

A sua interpretação da Constituição e o papel de árbitro que vai desempenhar em muitos conflitos políticos, impõem um homem de esquerda, um homem que se identifique com os avanços conseguidos desde o 25 de Abril e que seja o suporte e a bandeira de um programa de acção, de luta e de Governo que aponte ao Povo e às classes trabalhadoras a via da democracia e do Socialismo.

## O espanto de Vasco Lourenço

Vasco Lourenço discursou na EPAM.

O mais decidido dos 9 na queda do chamado «Gonçalvismo», o militar cuja nomeação para comandante da Região Militar de Lisboa foi a provocação de que a direita lançou mão ao desencadear o golpe de 25 de Novembro, falou na EPAM e espantou-se da desevoltura dos fascistas no nosso país.

Denunciou o avanço dos fascistas na imprensa. Cada novo jornal que surge é, de facto, mais um pasquim ao serviço dos interesses mais reaccionários do capital, ao serviço do fascismo, da conspiração e do golpe.

Mas o que Vasco Lourenço não disse foi a ajuda que os fascistas receberam dos militares antifascistas hesitantes e conciliadores como ele próprio.

O que Vasco Lourenço não disse foi que o 25 de Novembro, ao liquidar as unidades progressistas, ao destruir o movimento embrionário dos soldados e a sua aliança com o movimento popular abriu precisamente as portas ao fascismo. O que Vasco Lourenço parece não compreender é que as instituições democrático-burguesas são inca-

pazes de resolver a crise económica, social e política do nosso país e só serão «respeitadas» pela direita instalada na maioria dos pontos-chave políticos e militares enquanto se não sentir confiante na possibilidade de levar os interesses golpistas até ao fim.

O que Vasco Lourenço parece não compreender é que a democracia burguesa em Portugal não é viável. A recuperação capitalista da crise exige a miséria e a exploração redobradas do povo e a venda da pátria aos imperialistas. E isso não se faz com liberdades democráticas, com um texto constitucional progressista «intransigentemente» aplicado. Por isso, a burguesia fará tudo por tudo para avançar na fascização do País.

O que Vasco Lourenço parece não compreender é que mais uma vez facilita este processo de fascização, ao apoiar o jogo da direita. Quem defende a necessidade de um Presidente da República que respeite a Constituição e apoie Eanes, candidato da direita, mete a cabeça na areia como a avestruz.

A direita precisa de conquistar a Presidência da República. É certo que a direita não pode propor



Kaulza de Arriaga ou Spínola. Mas Ramalho Eanes é, não obstante, o candidato que goza da sua confiança.

Vasco Lourenço falou na EPAM contra o avanço dos fascistas.

Talvez tenha tranquilizado a sua consciência. Mas não iludiu, nem por um momento, os trabalhadores portugueses. Os oficiais das Forças Armadas enleados nas malhas que os fascistas e o imperialismo tecer, conciliadores hesitantes, não serão a barreira decidida para lhes barrar o passo.

Tão ilusória como a fábula reformista da «maioria de esquerda», a sinceridade antifascista de alguns oficiais de nada servirá ao Povo se este não se unir e organizar, resistindo e lutando contra o fascismo e o capitalismo.



# PREVIDÊNCIA

## Não à centralização dos dinheiros pelo Estado

**1** Realizou-se no dia 11 de Maio uma grande manifestação que juntou cerca de 20.000 trabalhadores de inúmeras empresas da zona de Lisboa. Manifestação de luta contra a política de salvação do capitalismo do VI governo da burguesia. Contra a ofensiva capitalista que quem voltar a utilizar os dinheiros da Previdência a seu belo prazer como nos tempos de Salazar e Caetano.

Os objectivos da manifestação, que não ficam apenas pela exigência da revogação do Decreto-Lei 784/75 estavam bem expressos no comunicado convocatório:

**2** Os trabalhadores beneficiários das Caixas de Previdência de Empresa e de Actividade estão em luta, pela revogação do Decreto-Lei 784/75 de 31 de Dezembro de 1975.

O que é o Decreto-Lei 784/75?

Este decreto, que não é mais do que a reedição da Portaria N.º 280/74 de 16 de Abril 74, elaborado pelo ministro fascista das Corporações, Silva Pinto, pretende que as Caixas de Previdência de Empresa e de Actividade passem a depositar todas as suas receitas na Caixa Nacional de Pensões, a pretexto de criar o «Socialismo» na Previdência. Ora, este «Socialismo» que se pretende neste caso, não é mais do que alargar a miséria da Previdência Geral para a Previdência de Caixas de Empresa e Actividade, que lograram através da luta contra a exploração, melhorar relativamente as suas condições de Previdência.

**3** A questão da centralização dos dinheiros da Previdência, pelo Estado, e a consequente integração do Orçamento Geral da Previdência no Orçamento Geral do Estado é uma velha aspiração de toda a burguesia que começou nos Governos fascistas de Salazar e Caetano, e se tem mantido e continuado após o 25 de Abril de 1974, isto porque, o bolo financeiro da Previdência representa metade do Orçamento Geral do Estado, só que agora, fala-se em «Socialismo»

e em «Democracia».

As direcções do sistema corporativo fascista, sucederam as comissões administrativas actuais, mas a Portaria N.º 280/74 de 16 de Abril e a Lei N.º 2115 de 1962, continuaram a ser postas em prática, sem que se tenha verificado qualquer alteração até à presente data.

Perante a nossa justa luta, o Ministério dos Assuntos Sociais tem respondido que nós queremos manter uma situação de privilégio em relação aos trabalhadores em geral. Mas nós perguntamos:

Será privilégio ter um médico quando se adoecer? Será privilégio receber a tempo o subsídio de doença? Será privilégio ter direito ao internamento quando necessitamos dele? Como podem os trabalhadores terem alguma confiança nas promessas do Governo, se nenhum dos Governos anteriores impôs qualquer sanção às empresas que não liquidaram as suas dívidas à Previdência, que já soma cerca de 8 milhões de contos?

**4** Os trabalhadores se quiserem ver os seus problemas resolvidos devem apontar para o controlo operário sobre a Previdência, controlando todo o dinheiro, através dos seus órgãos representativos, democraticamente eleitos de forma a que nem mais um tostão vá para os bolsos dos capitalistas e parasitas.

**5** A manifestação, convocada por uma comissão de luta composta pelas comissões de trabalhadores da Lusite, TLP, CEL-CAT, Pregalva e pela comissão sindical da Carris, serviu para mostrar a combatividade dos trabalhadores em luta, bem expressa em palavras de ordem como: a Previdência nas mãos dos trabalhadores!, em frente pelo Controlo Operário!, a luta continua!. Como o ministro se tinha comprometido no dia 10 perante a comissão de luta a suspender o decreto e a apresentar uma nova proposta no dia 14, a manifestação tinha um

claro conteúdo de demonstração de força e de afirmação de que os trabalhadores saberão recusar qualquer proposta que não signifique a revogação na prática do Decreto-Lei 784/75. Este objectivo foi amplamente cumprido não obstante sectores claramente minoritários afectos ao MRPP terem tentado em vão o controlo partidário sobre a manifestação desviando-a para objectivos que debaixo de uma aparência de força serviriam para a enfraquecer.

A luta continua! Os trabalhadores saberão recusar qualquer manobra



do ministro PPD e obter uma lei antioperária e com mais esta importante revogação de mais antipopular, fortalecidos jornada de luta.

## Latifundiários regressam à sombra do pacto



Depois das eleições o Ministério da Agricultura ordenou a devolução de bastantes herdades ocupadas que não têm os 50 mil pontos necessários para serem passíveis de expropriação. Ordenou também a aplicação do direito de reserva, segundo o qual os antigos proprietários têm direito a reservar para si, das propriedades, expropriadas, terras no valor de 50 mil pontos.

Estas medidas fazem parte do pacto sobre a Reforma Agrária acordado entre o P. P. D. o P. S. e o P. C., já depois do 25 de Novembro.

Foi assim que um forte aparato repressivo, constituído por centenas de GNR's se apresentou na herdade de Cuba, no concelho de Odemira, onde o director do CRRA de Beja, Apóstolo Godinho, candidato do P. S. às eleições para a Assembleia Legislativa, fez entrega das terras correspondentes ao direito de reserva ao antigo latifundiário.

Os trabalhadores têm pressionado a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas para que tomem uma posição firme tendente a barrar o caminho ao regresso dos latifundiários.